

CAPÍTULO 7

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR FRENTE À JUVENTUDE: REVISÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS ANOS 2000

Alice Pereira Xavier Lage
Pós-doutoranda em Educação
(Faculdade de Formação de Professores/UERJ)
E-mail: alicepxavier@gmail.com

Resumo:

Este artigo busca dimensionar um conjunto de políticas públicas nacionais para a juventude desenvolvidas e implementadas durante os anos 2000 no Brasil. Neste âmbito, propõe discutir a variedade dos conceitos de juventude, principalmente relacionados ao limite cronológico e a algumas ideias relacionadas, entre as quais, ocupação do tempo, pobreza e risco social associados ao indivíduo considerado jovem pela Sociologia. O objetivo principal é levantar e resumir dados importantes sobre algumas políticas nacionais para a juventude, refletindo sobre a escola, principalmente a instituição pública, como espaço para a diminuição da vulnerabilidade social, propondo reflexões sobre o papel do administrador escolar e do orientador educacional na viabilização do acesso a direitos para a população jovem.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Juventude. Administrador Escolar. Orientador Educacional.

Abstract:

This article seeks to dimension a set of national public policies for youth developed and implemented during the 2000s in Brazil. In this context, it proposes to discuss the variety of youth concepts, mainly related to the chronological limit and to some related ideas, among which, time occupation, poverty and social risk associated with the individual considered young by Sociology. The main objective is to collect and summarize important data on some national policies for youth, reflecting on the school, especially the public institution, as a space for the reduction of social vulnerability, proposing reflections on the role of the school administrator and the educational advisor in the viability access to rights for the young population.

Keywords: Public Policies. Youth. School Administrator. Educational advisor.

INTRODUÇÃO

A ideia principal deste artigo é dimensionar e pôr em crítica o estabelecimento de algumas políticas públicas para a juventude no Brasil. Ao fazer um balanço da produção na referida área, este pequeno levantamento pretende situar os principais conflitos que têm sido levantados por alguns estudiosos (SPOSITO, 2003; FRIGOTTO & CIAVATTA, 2005; NOVAES, 2006). Algumas questões guiam a análise: Como tem se dado a elaboração e execução de programas e projetos destinados ao público jovem? Na visão dos estudos nacionais sobre juventude, o que estes programas e projetos têm acarretado para esta parcela tão significativa da população brasileira?

Em semelhante medida, serão levantados questionamentos sobre o papel dos gestores escolares na efetivação destas políticas públicas para a juventude. Como profissional que lidera as práticas na escola, direcionando ações, propondo novos e auxiliando na formação continuada dos diferentes profissionais que atuam no espaço educacional, o administrador é agente fundamental nos processos de inclusão escolar da juventude. Neste âmbito, questiona-se de que forma os administradores escolares e orientadores educacionais podem atuar na efetivação de tais políticas, tendo em vista a importância de suas funções, em interface com a juventude (LUCK, 1998; VARGAS, 1993). A instauração de alguns debates nos estudos sobre juventude atuará como contexto, dialogando com diferentes autores e contrapondo suas percepções e análises sobre o tema atrelado à implementação de políticas públicas nacionais para a juventude.

A análise está dividida em duas sessões: a primeira intitula-se Conceitos de Juventude – desigualdades sociais e a relação escola-trabalho e a segunda recebeu o nome de As Políticas Públicas para a Juventude - disputas no campo das políticas. Na primeira sessão, a idéia é situar a juventude na atualidade, sobretudo a parcela juvenil considerada **pobre** e em **risco social**, para depois

confrontar estas características com a formulação de políticas públicas em âmbito nacional.

Para tanto, apresentarei na primeira sessão alguns conflitos sobre o estabelecimento do conceito de juventude, entre eles: a questão do limite cronológico (extensão da juventude e inserção precoce nesta etapa da vida), bem como as idéias sobre a ocupação do tempo livre juvenil e a criminalidade. Nesta parte também serão apresentadas as relações da juventude com a escola e o mundo do trabalho (renda sacrificada, a expectativa em torno da própria escolaridade, expectativas de futuro, etc.) a partir de um artigo da autora Marilia Sposito (2005a), baseado em um projeto nacional sobre o perfil da juventude brasileira.

A segunda sessão do artigo (As Políticas Públicas para a Juventude - Disputa no campo das políticas) pretende trazer os eixos de conflito na elaboração de políticas, a participação dos jovens em programas sociais e em projetos baseados em transferência de renda.

Nesta perspectiva, guiaram a produção do presente estudo:

- levantar e resumir dados importantes sobre as políticas nacionais para a juventude;
- Avaliar a escola, principalmente a pública, como espaço para a diminuição da vulnerabilidade social da população jovem;
- repensar o papel do administrador escolar e do orientador educacional na viabilização e acesso de direitos à população jovem.

CONCEITOS DE JUVENTUDES, DESIGUALDADES SOCIAIS E A RELAÇÃO ESCOLA-TRABALHO

O objetivo desta seção é situar a juventude na atualidade, sobretudo os indivíduos jovens considerados pobres[1], para em um

[1] A escolha pela designação 'jovens pobres' é utilizada neste trabalho sob inspiração das autoras Sposito e Corrochano (2005, p. 146). As referidas pesquisado-

segundo momento confrontar as características desta parcela da população com a formulação recente de políticas públicas de juventude em âmbito nacional.

Os estudos sobre juventude, apesar de não representarem uma área recente no campo acadêmico[2], sobretudo, devido ao contorno específico da contemporaneidade sobre o tema, representam um novo interesse no âmbito das ciências humanas (SPOSITO e CARROCHANO, 2005, p. 141). Nesta perspectiva, os estudos sobre juventude trazem interessantes considerações sobre o que é ser jovem na atualidade. É sobre este ponto de vista recente sobre a população juvenil que tentarei ao longo deste trabalho tentar conceituar a juventude no Brasil.

Em primeiro lugar cabe destacar a diversidade de características e a falta de consenso para determinar o que é a juventude. O debate neste sentido fica em torno de diversos fatores, entre eles o limite cronológico aparece como um elemento importante para a definição deste perfil. Nesta direção, diferentes autores (Sposito, 2003, p. 19 e Novaes, 2006, p. 112), apoiam-se no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA para discutir o limite cronológico da juventude no Brasil. Ambas as autoras destacam que o ECA, enquanto determinante de parâmetros para a construção de políticas públicas para a juventude e na medida em determina a faixa etária que compreende a infância e a adolescência[3], exclui uma parcela significativa de indivíduos que ainda vivem a juventude.

---

ras adotam o termo *jovem pobre* de forma intencional, pretendendo com isso, recusar determinados adjetivos, tais como 'excluído' ou 'em situação de risco', visto que estes 'adjetivos' acabam por estigmatizar os jovens de baixa renda.

[2] Veja os estudos empreendidos por Maria Alice Foracchi, como àqueles reunidos no livro 'O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira' (Foracchi, 1997).

[3] O ECA é um marco legal e referencial na defesa dos direitos das crianças e adolescentes e determina em suas disposições preliminares (artigo 2º) que é no considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente, o indivíduo entre doze e dezoito anos de idade.

Apesar da determinação legal na delimitação cronológica, aponta-se (NOVAES, 2006 e SPOSITO, 2003) que os limites reais para a conceituação da juventude não podem ser inspirados apenas pelas informações veiculadas na legislação. Na prática, a juventude tanto pode ser experimentada de forma precoce, quanto pode ser estendida até os 30 (trinta) anos, por exemplo. A inserção e a permanência nesta etapa da vida levam-nos a supor que os indivíduos experienciam a juventude de forma diferenciada e desigual, por isso a (s) juventude (s) é (são) múltipla (s).

Um bom exemplo do que pode acarretar a falta de um 'consenso' sobre o recorte cronológico da juventude é a análise feita por Sposito e Carrano (2003, p. 23) a respeito das ações federais empreendidas para este segmento no período de 1995 a 2002. Os referidos autores demarcam que os programas identificados por estas ações, trinta e três ao total, distribuem-se de forma difusa e ás vezes, incidental, na qual *'a infância pode se alargar até os 14 anos de idade e o jovem ser designado como maior de 10 anos de idade'* (*idem*, p. 23). A ausência de conformidade em torno da delimitação dos sujeitos-alvo destas ações não impede que àqueles que pensam os programas deixem de colocá-los em prática. Sem considerar estudos que investiguem a juventude, estas ações inutilizam as verbas públicas e situam estes programas no plano da improvisação.

Consciente destes contornos etários imprecisos, Mª. Alice Foracchi, socióloga, docente e pesquisadora pioneira na temática da juventude, ressaltava que:

> [...] não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente, ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social (FORACCHI, *apud* AUGUSTO, 2005).

A juventude desta forma, não encontra nos limites etários,

um fator que possa isoladamente pautar uma definição que a conceitue[4]. É preciso levar em conta que a inserção precoce e a 'saída' tardia da juventude vão depender também da classe social na qual o/a jovem esteja inserido. O nível sócio-econômico vai determinar, assim, a relação do jovem com duas instâncias essenciais: a escola e o trabalho.

Vimos rapidamente que as condições juvenis estão permeadas por fatores diversos, no entanto, existe uma instituição capaz de suscitar formas únicas de experiência e vivência relacionadas à classe social e que vai ocupar um lugar central nas percepções e preocupações dos jovens de forma geral: a escola. Sposito (2005, p. 89) ao analisar as relações entre juventude, escola e trabalho[5], enfatiza que a condição juvenil na sociedade ocidental caracteriza-se pela manutenção das relações entre as agências primordiais de reprodução social, entre elas a escola e a família. Neste trabalho, entretanto, no lugar da família analiso somente as questões concernentes ao mundo do trabalho.

Nesta pequena revisão e em conjunto com os dados levantados por Sposito (2005), veremos que as relações e percepções dos jovens sobre a escola e o trabalho emergem com força. Nesta perspectiva, trago alguns dados do artigo de Sposito (2005), no qual relata:

I. Um significativo crescimento de acesso à escola, porém com inalteração de recursos destinados à educação (*idem,* p. 96);

II. Um aumento do nível de escolaridade da população jovem;

III. Proximidade das relações dos jovens com o mundo do trabalho (*idem*, p. 102): 40% declaram estar desempregados, 36% de-

[4] Outros fatores que fogem ao objetivo deste trabalho também envolvem o (s) conceito (s) de juventude: gênero, raça e até o local de moradia. Sobre este último fator, ver 'discriminação por endereço' (Novaes, 2006. p; 106).

[5] Dados de uma pesquisa nacional sobre juventude. Para maiores informações, ver referência número 6.

claram fazer parte do mercado formal de trabalho e 24% declaram não fazer parte do PEA;[6]

IV. Independência na relação entre taxa de desemprego e escolaridade (*idem*, p. 104);

V. Simultaneidade de frequência no estudo e no trabalho (*idem*, p. 105).

A partir da amostra analisada e da pequena prévia de dados acima descrita, podemos inferir, mesmo inicialmente, que a juventude recentemente apesar de ter obtido aumento no acesso à educação não tem podido usufruir de uma escola melhor equipada e de professores bem remunerados (I). Em contrapartida, o aumento do nível de escolaridade gerado pelo aumento no acesso à escola não pôde proporcionar o crescimento de oportunidades de trabalho (II e III e IV). Finalmente, o fato da escola não produzir maiores oportunidades de trabalho e aumento da renda, parece não ter diminuído os anseios de escolarização do segmento juvenil (V).

Na mesma direção dos dados analisados por Sposito (2005), Novaes (2006) ressalta que a falta de oportunidades de uma inserção produtiva no mercado de trabalho, acrescido da derrubada do 'mito da escolaridade' (*idem*, p. 107) geram nos jovens uma série de conflitos e dificuldades de projetarem o futuro. Assim as perspectivas juvenis em diferentes classes revelam uma ausência de mobilidade social, além de muitos medos. Entre os temores relacionados à inserção no mundo do trabalho, Novaes (2006, p. 110) aponta: "o medo de estudar e não conseguir emprego', 'o medo de conseguir emprego e depois perder', 'o medo de ficar desempregado', 'o medo de sobrar'," entre outros temores.

Paradoxalmente aos anseios caracterizados, existe hoje na formulação de políticas públicas (SPOSITO & CARROCHANO, 2005; SPOSITO, SILVA; SOUZA, 2006; NOVAES, 2006) a ideia de que as ações elaboradas para o público jovem, em especial para o

[6] População Economicamente Ativa.

de nível sócio-econômico mais baixo, devem pautar-se em atividades voltadas para a ocupação do tempo livre, para a inculcação de valores humanitários e de cidadania, para a contenção de formas de agressividade e violência e para a participação e engajamento em ações comunitárias.

Estas idéias acerca de uma pacificação social revelam uma série de percepções negativas sobre o segmento juvenil. Os fatores que objetivam 'ocupar' a juventude levam à elaboração de programas sociais e projetos que, além de conceber o jovem como um indivíduo violento em potencial, propõe ações que renegam para um segundo plano ou mesmo tornam ausentes necessidades prementes para o jovem em geral e especialmente para àquele que é pobre. Entre estas necessidades constam: a reinserção ou inserção produtiva do jovem na escola, o acesso aos bens culturais e à formação e preparação condizente com o atual mundo do trabalho.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL – PPJ: DISPUTAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS

Sposito e Carrochano (2005, p. 143-144) em um artigo que demarca as orientações que inspiram as ações políticas destinadas aos segmentos juvenis, apontam que algumas representações teóricas sobre a juventude podem ser interpretadas como oponentes às intervenções destinadas aos jovens. Contraditoriamente, estas orientações representam eixos de conflitos que atualmente inspiram muitas ações. Vejamos cada um deles:

▪ **Eixo de Conflito - As necessidades de PPJ:** Este eixo questiona a necessidade da própria existência de uma PPJ. Desta forma, indaga-se a necessidade da elaboração de políticas específicas, visto que os jovens também possuem o direito de serem contemplados nas políticas universais, tais como saúde, transporte, educação, etc. Esta

questão demarca duas posições distintas: uma contra as políticas específicas e outra a favor destas, desde que as mesmas sejam destinadas aos jovens considerados em situação vulnerável ou de risco.

▪ **2º Eixo de Conflito - A falta de consenso na definição da PPJ:** Este eixo questiona a própria definição de uma PPJ. Nesta acepção, as políticas públicas não deveriam ser elaboradas para atender uma demanda específica das políticas universais. As PPJ, ao contrário, deveriam servir para ampliar as formas de participação da juventude e a sua cidadania e não servir para o atendimento de necessidades fundamentais.

▪ **3º Eixo de Conflito – O tipo de institucionalidade mais apropriada à ação:** Este eixo é inspirado pelo questionamento em torno da necessidade de se criar esferas específicas para a juventude dentro dos Governos. No Brasil, já possuímos uma série de organismos executivos voltados para a juventude. São assessorias, coordenadorias e secretarias que atualmente trabalham em conjunto com diferentes secretarias e ministérios.

Além dos conflitos apontados, existem outras características importantes que denotam peculiaridades das PPJ. Estas, na visão de Loncle (*apud* Sposito e Corrochano, 2005, p. 144) são denominadas "como um espaço de intervenção pública transversal e periférico", ou seja, as PPJ perpassam diferentes setores de ações do Estado. Por isso mesmo é difícil a sua definição na esfera das responsabilidades de execução dos governos, como apontam de uma forma geral os três eixos de conflito de que falam Sposito e Corrochano (2005). Desta forma, subentende-se que os interesses essenciais para a juventude estão sempre em jogo, sendo muitas vezes determinados pelos períodos de crise que por sua vez, definem a importância da própria existência de uma PPJ.

Talvez pelo fato de serem concebidas como políticas aleatórias, as PPJ figuram em programas e projetos bastante precários. Sobre este problema, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) em

um artigo que analisa as contradições da educação profissional e do ensino técnico no contexto do Governo Lula (2002-2005), afirmam que os programas e projetos voltados para a juventude fazem parte de um *'percurso histórico controvertido*[7]*'*, no qual as ações têm sido de uma forma geral, *'focais e contingentes'*(idem, p. 1090). O referido artigo (idem, 2005), descreve e analisa os programas mais recentes no Brasil, entre eles a Escola de Fábrica; a Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos – o PROEJA e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. Mesmo atendo-se basicamente à análise do aspecto legislativo do ensino profissional no Brasil, os autores deste artigo vão ao encontro das definições de outros estudiosos (SPOSITO e CARROCHANO, 2005; SPOSITO, SILVA e SOUZA, 2006 e SPOSITO e CARRANO, 2003) sobre a fragmentação das PPJs.

Entre os problemas apontados, as maiores críticas aos programas residem no fato de que as iniciativas – que atrelam aumento da escolarização e formação profissional inicial, na maior parte das vezes, com algum tipo de auxílio financeiro – não se articulam com outras políticas como as de inserção profissional e melhoria de renda das famílias (FRIGOTTO *et. al*. 2005). Quando as PPJ não são idealizadas em conjunto com outras políticas, percebemos o seu caráter focal e fragmentado. Em determinados aspectos, estas características na realização das PPJ trazem uma série de equívocos que não otimizam os serviços públicos e que muitas vezes acabam sendo utilizados em iniciativas de caráter panfletário dos governos. Ao desarticularem-se de outras políticas, estes programas não promovem a mobilidade social dos jovens, exercendo um assistencialismo provisório que muitas vezes acaba configurando-se em estigmatização.

[7] Esta expressão compõe parte do título do artigo, que é a referência número 9 deste trabalho.

Os problemas apontados acima deflagram a idéia das políticas destinadas aos pobres (LEÃO, *apud* SPOSITO e CARROCHANO, 2005, p. 153). Esta idéia pode ser percebida na concretização de alguns aspectos da operacionalização dos projetos para a juventude. Nesta tendência que pauta a precariedade, constata-se a falta de qualificação da equipe técnica, por exemplo, que muitas vezes não possui formação específica ou mesmo ausência de qualquer formação nas áreas de educação, assistência social, etc. Os problemas trazidos pela incapacitação técnica levarão, entre outros fatores, a um descompasso entre os jovens e os seus formadores. Leão (*idem*, 2005, p. 154) aponta um desencontro que também está presente em outro estudo[8] no qual existe uma espécie de premissa que crê serem os jovens atendidos por estes programas, portadores de baixa autoestima. Sobre este mito, Leão (*idem*, 2005, p. 151-154) afirma que jovens egressos de duas turmas do Projeto Programa Serviço Civil Voluntário na região metropolitana de Belo Horizonte não se sentiam portadores de baixa autoestima. Em contrapartida, professores e coordenadores baseavam a maior parte das atividades do projeto nesta crença.

Outra ideia recorrente que permeia parte dos objetivos dos projetos para a juventude é a instauração compulsória de atividades voltadas para a participação comunitária[9], notadamente nos programas e projetos que envolvem algum tipo de benefício financeiro. De forma geral, muitos programas partem da crença de que os jovens pobres concebidos nestas ações como indivíduos em risco social ou situação de vulnerabilidade, precisam ocupar o seu tempo livre com atividades extras. Para tanto, são projetadas atividades que objetivam que este jovem trabalhe, colaborando de alguma forma na comunidade onde reside. São muitos os exem-

[8] SPOSITO, M. P.; SILVA, H. H. de C. e SOUZA, N. A. de. **Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas**. In: Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, 2006.

[9] Esta ideia encontra-se presente nos artigos 4, 5, 6, 7, 8 e 9, cujas referências encontram-se ao final deste trabalho.

plos de projetos desta natureza: PROJOVEM, Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Programa Serviço Civil Voluntário, entre outros.

A proposta de implementar projetos de intervenção, prestando serviços em suas comunidades, direciona ao segmento juvenil pobre a responsabilidade de ações que, muitas vezes, deveriam partir do Estado. Muitos autores concordam com a visão de que os jovens não deveriam ser responsabilizados por estas ações (NOVAES, 2006, SPOSITO, 2005, entre outros). No entanto, trata-se de uma concepção de PPJ muito recorrente, o que torna emergentes estudos que repensem estas propostas de participação juvenil. Nesta perspectiva, de que modo os jovens que necessitam de elevação da escolaridade, precisando ás vezes do próprio processo de alfabetização podem ser imbuídos de responsabilidades tão grandes como os projetos de participação comunitária?

Vejamos algumas destas contrapartidas exigidas pelos programas/projetos. Alguns programas e projetos em geral além de exigir a participação comunitária dos jovens, estabelecem como um de seus pressupostos que o público atendido esteja regularmente matriculado em uma instituição de ensino. Longe desta exigência de freqüência à escola figurar como um fator positivo dos programas, esta denota também uma falta de sincronia nas ações governamentais para a juventude. Isso quer dizer que a inserção na rede regular de ensino pode vir a ser somente uma exigência burocrática do programa ou projeto (SPOSITO; CARROCHANO, 2005).

Ao trazer esta consideração sobre um aspecto que parece 'acima de dúvida' no que concerne à sua validade, trago junto às autoras (*idem*, 2005) questões que ilustram temas de pesquisa emergentes: Em que medida a escola não é também responsável pelos processos de exclusão na juventude? Por que a escola não tem 'dado conta' do segmento juvenil? Como se dá a interação

dos indivíduos jovens com a escola? Quais são as perspectivas e expectativas dos jovens em relação à escola e à sua escolarização? De que forma os gestores escolares podem auxiliar na efetivação de uma inclusão efetiva destes segmentos na escola?

Estudos importantes como um dos artigos que fazem parte do livro Retratos da Juventude Brasileira (2005), no qual Sposito traz "algumas imagens da educação e da instituição escolar" (*idem*, p. 108 - 114), são subsídios para o começo de um entendimento sobre esta relação nebulosa entre a juventude e a educação/escolaridade. Trago alguns exemplos do referido artigo para este trabalho:

— **Assuntos de interesse**: a educação aparece em 1º lugar (38%), deixando para trás temas como Emprego/Profissional (37%), Cultura/lazer (27%), entre outros.

— **Tema de maior interesse pessoal independente de qualquer coisa**: Educação (28%), Esporte (15%), sexualidade (11%), entre outros

— **Instituições/pessoas em que mais confia**: Família (98%), Professores (90%), Parentes (81%), entre outros.

Inicialmente, a partir destes três fatores, podemos dimensionar a importância que a escola e os professores, possuem na vida dos jovens brasileiros, representados na amostra do referido estudo. No entanto, aquilo que entremeia estas relações e as formas em que se concretizam continua à espera de novas investigações.

As políticas públicas só são capazes de atingir suas metas, na medida em que atinge o "chão da escola", nas apropriações feitas pelos agentes escolares. Administradores e orientadores educacionais desempenham um papel fundamental neste processo, para tanto, precisam ser conhecedores da legislação (principalmente a educacional, mas também outras concernentes), mobilizando os professores, pais e estudantes. Nesta perspectiva, se trabalhará efetivamente na perspectiva da qualidade da escola que tanto se almeja. A perspectiva de qualidade, neste sentido, se aproxima

àquela defendida por Goulart (1995), a qual se deve ser alcançada por mecanismos que superem um modelo individualista, em prol de uma gestão participativa, que prevê e depende da participação em equipe dos profissionais da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Menos do que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo.
>
> [FORACCHI, 1997, p. 303]

Compreender a juventude brasileira é um grande desafio. Muitas políticas implementadas não reconhecem os modos de vida e as redes de relações em que os jovens se encontram inseridos, tampouco parecem interessadas em investigar concretamente as interações estabelecidas entre eles (os jovens) e a escola.

Apesar das ideias e concepções que precocemente emergem da interpretação com base no nível socioeconômico destes indivíduos, é preciso investigar as condições e formas de relação dos jovens com o conhecimento escolar: O que os afasta da escolarização no sistema oficial? (SPOSITO; CORROCHANO, 2005. p. 163). Nesta direção, acredito que haveria maiores chances de articulação entre os programas destinados à juventude e a escolarização formal dos jovens, sem que uma instância obrigatoriamente exclua a outra. O que quero questionar é: Devemos continuar a criar projetos para abraçar a juventude excluída dos sistemas formais de ensino? E, se quando isto se fizer necessário, como o é atualmente: como podemos realizar estes programas/projetos sem perpetuar a exclusão e a estigmatização?

De maneira geral, a instituição de algumas Políticas Públicas para a Juventude que vimos neste trabalho aponta para o fracasso da escola, tanto em termos da transmissão dos conteúdos escolares, quanto em termos socioeducativos. Nesta perspectiva, onde se encontra a missão socializadora da escola? Os gestores escolares estão cientes deste papel? O que efetivamente os administradores escolares podem fazer em prol desta missão?

Apesar da série de questionamentos que transcrevo/discuto neste trabalho e apesar do caráter difuso na definição do que é o jovem, é necessário enfatizar que as implementações destas políticas colaboram para a construção e veiculação de determinado conceito de juventude. Assim, as PPJ tanto podem gerar efeitos diversos no segmento juvenil e que podem sofrer muitos desencontros, conforme foi pontuado anteriormente, quanto interferir nas imagens que a sociedade possui sobre os jovens. O que parece decorrer em um efeito positivo toma efeitos perversos e isto ocorre na medida em que o planejamento para estas ações se encontra em formato dissonante dos estudos sobre juventude.

Posta a discussão sobre a participação efetiva dos jovens nestes programas, emerge também o questionamento sobre a validade daquilo que é exigido como contrapartida da juventude. A frequência à escola (o que é somente burocrático em alguns programas), a participação ativa na comunidade, o deslocamento das obrigações do Estado para a parcela pobre da juventude, a ausência quase absoluta de direitos, as práticas de cidadania e ação comunitária e a dificuldade na criação de oportunidades ilustram despropósitos que precisam ser revistos.

A formação dos administradores e supervisores escolares e sua sensibilização para o tema da juventude são fundamentais, na medida em que estes profissionais (principalmente os da rede pública) podem fazer a diferença na identificação de problemas, principalmente àqueles voltadas para situações de vulnerabilidade

social. Neste aspecto, podem fazer a diferença na vida dos jovens, na medida em que se encontrarem cientes das especificidades desta população e de suas necessidades.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Mª. H. O. Retomada de um legado intelectual – Mª. Alice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social,** v. 17, n. 2, 2005.

BRASIL, **Estatuto da Criança de do Adolescente – Lei nº. 8069**, de 13 de setembro de 1990. Imprensa Oficial: Niterói, 2002.

FORACCHI, Mª. A. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1997.

GOULART, I.B (org). **A Educação na perspectiva construtivista: reflexões de uma equipe interdisciplinar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LÜCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Mª. I. de A. e EUGENIO, F. (orgs.) **Culturas jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

SPOSITO. M. P. e CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. **Retratos da Juventude Brasileira**, São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2005.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, Mª C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, 2005a.

SPOSITO, M. P.; SILVA, H. H. de C. e SOUZA, N. A. de. Juventu-

de e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, 2006.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, Mª.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 92, Número Especial, 2005.

VARGAS, Glaci de Oliveira P. **O cotidiano do administrador escolar.** Campinas: Papirus, 1993.